

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
COMPASGOV Nº 90001/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
UASG – 930052 - Câmara Municipal de Guaíra

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
27/02/2026 às 08h30 (horário de Brasília)
Local: No sítio www.gov.br/compras

Objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.			
R\$ 73.750,00 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta reais).			
Modo de Disputa		Instrumento Contratual	
Aberto e Fechado		Termo de Contrato	
Registro de Preços?	Vistoria*	Garantia de Execução	Critério de Julgamento
NÃO	SIM	NÃO SE APLICA	MENOR PREÇO GLOBAL
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO DE HABILITAÇÃO) *			
Requisitos Básicos: -Habilitação Jurídica, fiscal, social e trabalhista (Sicaf); - Consulta CNJ; - Consulta do CNEP e CEIS; - Consulta do TCE/PR.		Requisitos Específicos: Habilitação técnica Habilitação complementar	
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no Termo de Referência anexo ao instrumento convocatório.			
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostras por Catálogos	
SIM	NÃO	SIM	
Pedidos de esclarecimentos		Impugnações	
Até 17h do dia 24/02/2026 para o endereço compras@guaira.pr.leg.br		Até 17h do dia 24/02/2026 para o endereço compras@guaira.pr.leg.br	
Observações Gerais:			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Câmara Municipal de Guaíra pelo endereço https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras , selecionando a Unidade Compradora nº "930052". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.			
O valor estimado é o valor máximo aceitável para efeito de adjudicação.			
A especificação técnica do(s) item(ns) no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITEM(NS)) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TERMO DE REFERÊNCIA anexo a este Edital.			



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº 02/2026

Processo Digital nº 42883/2025

1. PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR, inscrita no CNPJ sob nº 77.849.289/0001-42, sediada à Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra-PR, representada por sua Presidente, Sra. Tereza Camilo dos Santos, conforme autorização expedida no Processo Administrativo nº 02/2026, e no Processo Digital nº 42883/2025, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Resolução 02/2023 da Câmara Municipal de Guaíra-PR; e pelas demais legislação aplicável, torna público a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

1.1. É pregoeiro da Câmara Municipal de Guaíra: Tiago Tsuguio Tsuneto, designado pela Portaria nº 06/2026 de 08 de janeiro de 2026.

1.2. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

1.3. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	ATÉ 08h30MIN DO DIA 27/02/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08h30MIN DO DIA 27/02/2026

1.4. Os esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo ser endereçados ao e-mail: compras@guaira.pr.leg.br.

1.5. As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio da Câmara Municipal de Guaíra - www.guaira.pr.leg.br, no link Transparência – Suprimentos - Licitações Gerais, bem como no endereço: www.gov.br/compras, para ciência de todos os interessados.

1.6. O Pregoeiro decidirá sobre o esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.7. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores, acessível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Guaíra - www.guaira.pr.leg.br, no link Transparência – Suprimentos - Licitações Gerais, bem como no endereço: www.gov.br/compras.

2. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto desta licitação é o contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do EDITAL.

2.2.1. A proposta que consignar preço, unitário ou global, superior ao fixado por este edital será



desclassificada.

3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até às **17h:00min do dia 24/02/2026**, por qualquer cidadão ou licitante.

A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa e número do CNPJ, quando couber, telefone, endereço eletrônico e/ou fac-símile para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Guaíra, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 07h30 às 12h, 13h30 às 17h, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: compras@guaira.pr.leg.br.

3.2. A impugnação será julgada em até **03 (três) dia úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada e disponibilizada no sítio da Câmara Municipal de Guaíra - www.guaira.pr.leg.br, no link **Transparência>>Suprimentos>>Licitações Gerais**, bem como no endereço: www.gov.br/compras, para ciência de todos os interessados. A decisão e/ou resposta referente a adoção de providências ou impugnação, junto com o requerimento que lhe deu origem, passarão também a integrar os autos do processo.

3.3. Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.6. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.7. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

4.1.1. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/21;

4.1.2. Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

4.1.3. Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

4.1.4. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com a Câmara Municipal de Guaíra e/ou Município de Guaíra;

4.1.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.6. Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

4.1.7. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.1.8. Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Câmara Municipal de Guaíra, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público deste órgão, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

4.1.9. A presente licitação é destinada, à **participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP), em razão do valor, na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006 e do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar Municipal n.º 001/2015**, e que:

a) Explore ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;

b) Estejam regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam as condições deste Edital e seus Anexos.



5. CREDENCIAMENTO

- 5.1.** Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site www.gov.br/compras.
- 5.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo ao provedor do sistema a Câmara Municipal de Guaíra, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica.
- 5.4.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 6.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 6.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 6.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.1.** No item exclusivo (caso houver) a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2.** Se a licitante participante não for microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade



cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.16. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.17. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

6.18. Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário do item e total do grupo;

7.1.2. Marca do produto ofertado (se houver);

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários,



trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pela Câmara Municipal de Guaíra e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.7. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES



- 9.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **aberto e fechado**.
- 9.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 9.4. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para o item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 9.10. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.
- 9.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 9.12. A fase de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 9.13. Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.
- 9.14. Após o encerramento da recepção dos lances, o sistema eletrônico abrirá a oportunidade para que o licitante detentor da proposta de menor preço e os demais licitantes que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta possam ofertar lance final e fechado.
- 9.15. O lance final de que trata o subitem anterior poderá ser ofertado em até 5 (cinco) minutos e será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- 9.16. Na ausência de, no mínimo, três ofertas na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.
- 9.17. Em não havendo lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado.
- 9.18. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 9.19. As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.20. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.21. Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como



microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.22. O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.23. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

9.24. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública;

9.25. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

9.26. Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

10.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.2.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.3.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.3.2. empresas brasileiras;

10.3.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.3.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.4. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.2. O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



11.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo estipulado para envio da proposta, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares (catálogos, datasheets, certificações, etc), quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. A proposta de preços equalizada/ajustada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até **2 (duas) horas**.

12.1.1. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.3. A proposta deverá conter:

12.3.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

12.3.2. Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.3.3. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.3.4. Prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12.4. A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.6. A apresentação da proposta implicará:

12.6.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.6.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Câmara Municipal de Guaíra.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1. O critério de julgamento adotado na presente licitação é o de **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITEM**.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4, subitem 4.1 e seguintes do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);



14.1.4. Cadastro de Impedidos de Litar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

14.1.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.3. A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições deste edital.

14.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.7.1. Contiver vícios insanáveis;

14.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.7.5. Apresentar desconformidade com quais outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.8. No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexequibilidade** das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

14.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

14.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15. DA FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

15.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

15.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

15.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

15.10.1. Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento dos requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida quanto à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

15.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

15.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

15.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

15.12.1.1. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

15.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo nas hipóteses previstas no artigo 64 da Lei 14.133/2021.

15.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



15.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto **no subitem 15.12.1.**

15.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.18. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.18.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

15.18.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

16.1. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

16.2. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

17. RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

17.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



- 17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://camaraguaira.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.
- 17.11. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.5 do presente Edital.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação correrão à conta de recursos orçamentários próprios do orçamento vigente, **conforme dotação orçamentária devidamente especificada no Termo de Referência**, que integra o presente edital para todos os fins.
- 19.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 20.1.2.8. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 20.1.2.9. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 20.1.2.10. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 20.1.2.11. deixar de apresentar amostra;
- 20.1.2.12. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 20.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 20.1.6. Fraudar a licitação;
- 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 20.1.7.8. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 20.1.7.9. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 20.1.7.10. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 20.1.7.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.1.7.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 20.2.1. advertência;
- 20.2.2. multa;
- 20.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 20.3.2. as peculiaridades do caso concreto



- 20.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 20.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 20.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 20.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 20.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 20.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 20.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 20.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 20.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 20.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legais.
- 20.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 20.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 20.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 20.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 20.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do



certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://camaraguaia.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.11.1. ANEXO I – Termo de Referência (Estudo Técnico Preliminar (ETP) apêndice Termo de Referência);

21.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta;

21.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

21.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaíra – PR, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guaíra, 10 de fevereiro de 2026

Tereza Camilo dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Guaíra
Gestão 2025/2026

ANEXO I

15 de 51



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

TERMO DE REFERÊNCIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – LEI 14.133/21
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026
PD 42883/2025

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo <i>on-grid</i> , interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, Sistema de Geração Fotovoltaica com potência mínima de 30,5 kWp , composto por módulos fotovoltaicos de no mínimo 610 Wp (com certificados Tier 1, eficiência mínima de 22%) e inversor trifásico de 30 kW, (Com Proteção AFCI - Arc Fault Circuit Interrupter - para prevenção de incêndios causados por arco elétrico). Faixa de tensão de entrada compatível com os módulos propostos. Múltiplos rastreadores MPPT de acordo com a instalação do sistema proposto. Inversor homologado pela COPEL. Estrutura de fixação compatível com a cobertura metálica do edifício-sede da Câmara Municipal de Guaíra – PR e de acordo com as exigências do fabricante (trilhos de 2,36 metros cada), incluindo mão de obra qualificada, materiais e equipamentos com certificação INMETRO, elaboração dos projetos técnicos, homologação junto à concessionária (COPEL) e atendimento às normas técnicas vigentes.	01	Unidade	R\$ 73.750,00	R\$ 73.750,00
Total					R\$ 73.750,00



- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21 e Resolução 02/2023, da Câmara Municipal de Guaíra/PR.
- 1.3. O presente objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é até **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do contrato.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 73.750,00 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta reais)**.
- 1.7. Todas as despesas relativas ao fornecimento dos produtos/serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes desta contratação correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

- 2.1. A Fundamentação da necessidade de Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021)

- 3.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho; bem como toda a qualificação técnica, descritas no Termo de Referência.
- 3.2. Não poderão participar desta contratação: Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- 3.3. O licitante assume total responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar posteriormente desconhecimento do local, insuficiência de informações ou solicitar alterações de preços, prazos ou condições após a apresentação da proposta.
- 3.4. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais;
- 3.5. Consideram-se incluídos nestes serviços todos os materiais, mão de obra e acessórios e/ou complementos necessários para a completa execução dos serviços, mesmo que não explicitamente descritos nestas especificações, porém necessários para a entrega dos serviços perfeitamente prontos e acabados em todos os seus detalhes.
- 3.6. Os profissionais fornecidos pela contratada deverão possuir todos os treinamentos de normas regulamentadoras NBR, necessários para realização dos serviços contratados.
- 3.7. A Câmara reserva-se ao direito de não demandar a quantidade integral estipulada, sendo tal estimativa apenas uma referência da necessidade deste Órgão Legislativo, será de acordo com a demanda e necessidade da Contratante.
- 3.8. **Sustentabilidade:** A empresa deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União
<https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>;
- 3.9. **Bens de luxo:** Não se enquadra em bens de luxo.
- 3.10. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 3.11. **Garantia da Contratação:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelo baixo valor da contratação, pela simplicidade dos serviços e pelo baixo risco para o Órgão Legislativo, evitando dispêndios decorrentes da presente exigência.



3.12. Participação de consórcios: Informamos que a vedação da participação de consórcios se justifica na medida em que nas contratações de serviços, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas, às quais, em sua maioria, apresenta o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais;

3.13. Os Requisitos Técnicos da Contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência e devem ser observados rigorosamente.

3.14. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos:

3.14.1. Sistema Fotovoltaico On-Grid Completo - O objeto consiste no fornecimento, instalação, interligação e ativação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica on-grid, conectado à rede elétrica da COPEL, com **potência mínima total de 30,50 kWp**, garantindo o pleno funcionamento e homologação junto à concessionária.

3.14.2. Componentes e Especificações Técnicas:

3.14.2.1. Módulos fotovoltaicos: Potência unitária **mínima de 610 Wp** (ou superior, conforme dimensionamento da contratada, desde que mantida a potência total mínima de **30,50 kWp**); Tecnologia com eficiência mínima de **22%**; Certificação Tier 1 (Bloomberg NEF); Grau de proteção IP68 ou superior; Garantia mínima de 12 anos contra defeitos de fabricação e 25 anos de desempenho.

3.14.2.2. Inversor solar trifásico: Potência nominal de **30 kW**, com proteção **AFCI** (Arc Fault Circuit Interrupter) para prevenção de incêndios; Faixa de tensão de entrada compatível com os módulos propostos; **Múltiplos rastreadores MPPT**; Grau de proteção IP65 ou superior; Certificação INMETRO, em conformidade com as normas vigentes; Homologado pela COPEL; Garantia mínima de 10 anos.

3.14.2.3. Estrutura de fixação: Compatível com telhado metálico da edificação; Atender às recomendações do fabricante quanto ao espaçamento mínimo para ventilação dos módulos; Utilização de trilhos com **comprimento mínimo de 2,36 m**; Materiais resistentes à corrosão (alumínio anodizado ou aço galvanizado).

3.14.2.4. String box, cabos e conexões: Quadro de proteção CC com DPS, fusíveis e disjuntores seccionadores; Cabos fotovoltaicos de 6 mm², resistentes a UV e intempéries, conforme ABNT NBR; Conectores MC4 originais e compatíveis.

4. DA VISITA TÉCNICA PRÉVIA FACULTATIVA OU DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

4.1. Com o intuito de garantir o pleno conhecimento das condições locais para a execução do objeto, será facultada às licitantes a realização de visita técnica ao local de instalação do sistema fotovoltaico. A visita deverá ser previamente agendada junto à Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Guaíra, situada na Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra-PR, CEP 85980-123, telefone (44) 92001-8307.

4.2. A visita técnica tem por finalidade permitir a verificação **in loco** de fatores que possam impactar a execução do serviço, tais como estrutura do telhado, acessos, pontos de conexão com a rede elétrica e demais aspectos técnicos relevantes.

4.3. Após a realização da visita, será emitido atestado técnico à empresa, **conforme Anexo I-A**, declarando que o representante técnico teve acesso ao local e está ciente das condições existentes, assumindo integral responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, nos termos do edital.

4.4. Caso a visita não seja realizada, a empresa poderá apresentar Declaração de Renúncia, **conforme Anexo I-B**, assumindo, de forma expressa e irrevogável, total responsabilidade pela execução adequada do objeto, reconhecendo estar ciente de todas as condições do local.

4.5. A renúncia não isenta a contratada do cumprimento integral das obrigações, nem poderá ser utilizada como justificativa para prorrogações, revisões de preço ou alegações de desconhecimento. Todos os riscos decorrentes da não realização da visita técnica serão de responsabilidade exclusiva da licitante.



5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Cronograma de Execução

5.1.1. Após a assinatura do contrato e o recebimento da Ordem de Compra, a empresa contratada terá até **10 (dez) dias úteis** para mobilização dos serviços. Este prazo poderá ser prorrogado desde que solicitado formalmente pela contratada, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil ao vencimento do prazo de início.

5.1.2. No entanto, o início efetivo da instalação (execução física) só poderá ocorrer após a aprovação do projeto elétrico pela concessionária de energia elétrica (COPEL).

5.1.3. O prazo final para entrega do sistema completo será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da autorização formal de início emitida pela Contratante.

5.1.4. Caso haja atraso injustificado no início ou na execução dos serviços, o Fiscal de Contrato poderá adotar as medidas previstas no contrato, incluindo advertência, aplicação de penalidades, e outras ações administrativas pertinentes, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do atraso.

5.1.5. Local de instalação e Estrutura/Telhado.

5.1.5.1. Câmara Municipal de Guaíra, com endereço à Praça João XXIII, 200, Centro, Guaíra-Paraná, CEP 85980-123.

5.1.5.2. Telhado Metálico existente (conforme fotos ilustrativas no memorial descritivo, que fará parte do TR).

6. PRAZOS MÍNIMOS DAS GARANTIAS DOS EQUIPAMENTOS

6.1. Todos os equipamentos instalados devem ser novos, de primeiro uso e ser entregues na embalagem original do fabricante:

6.1.1. Inversor – Garantia mínima de 10 anos (fabricante).

6.1.2. Módulos solares – Garantia mínima de 12 anos (fabricante).

6.1.3. Eficiência mínima (87,4%) – Garantia mínima de 25 anos (fabricante).

6.1.4. Mão de obra - Garantia mínima de 12 meses.

6.1.5. Componentes - Garantia mínima de 12 meses.

6.1.6. Seguro Total - 12 meses (apólice nacional).

6.1.7. Suporte técnico – 12 meses gratuito.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de



sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (art. 44, 31º).

7.1.9. Após a assinatura do contrato, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (art. 44, 31º).

7.1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. Nos termos do item 1, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.3. A aferição da execução dos serviços será realizada pela Comissão de Recebimento e pelo Fiscal do Contrato, podendo contar, quando necessário, com o apoio de engenheiros do Município de Guaíra.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos membros da comissão de recebimento e fiscais de contrato, mediante termos detalhados e o ateste das faturas/notas fiscais, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico especificados no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, da forma:

7.3.1.1. O Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio dos profissionais responsáveis pela fiscalização, com a finalidade de verificar a conformidade das atividades realizadas e identificar eventuais ajustes, correções ou revisões finais que se façam necessários, especialmente



quanto à eficácia dos procedimentos do objeto contratado.

7.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor.

7.3.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, quando aplicável.

7.3.7.4. Enviar a documentação pertinente ao setor da Contabilidade para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.4. DO PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a **entrega total do sistema em pleno funcionamento**, com o **recebimento definitivo** e o devido **atesto da fatura/nota fiscal** pelo responsável servidor designado.

7.4.2. A Nota Fiscal/Fatura, assim como os documentos de regularidade fiscais e comprobatórios da execução do serviço deverão ser encaminhadas ao e-mail recebimento@guaira.gov.br.

7.4.3. Observação: A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número da ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO correspondentes ao faturamento.

7.4.4. A ausência dessa informação poderá ensejar a não aceitação da Nota Fiscal, interrompendo o prazo legal de pagamento até que seja realizada a devida correção, sem qualquer ônus à Administração

7.4.5. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, o faturamento do objeto entregue



(nota fiscal) e demais documentos necessários à comprovação de regularidade da CONTRATADA (certidões negativas de regularidade fiscal).

7.4.6. A CONTRATADA deverá enviar notas fiscais/faturas e demais documentos de regularidade, em até 3 dias úteis após a comprovação de disponibilidade total do objeto, quando do início do contrato.

7.4.7. A CONTRATADA deverá protocolar, após a entrega e comprovação da disponibilidade do objeto para o período do contrato, requerimento de pagamento junto a Câmara Municipal de Guaíra, salvo se o CONTRATANTE indicar outro procedimento.

7.4.8. O pagamento será efetuado após aceitação do recebimento provisório e definitivo e, posterior ateste das faturas/notas fiscais emitidas pela CONTRATADA.

7.4.9. Havendo erro na apresentação das faturas/notas fiscais ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.4.10. O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações.

7.4.11. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7.5. DAS SANÇÕES

7.5.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

7.5.2. a) der causa à inexecução parcial do contrato;

7.5.3. b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.5.4. c) der causa à inexecução total do contrato;

7.5.5. d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.5.6. e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.5.7. f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.5.8. g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.5.9. h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.5.10. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.5.11. I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.5.12. II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.5.13. III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.14. IV) Multa:

7.5.15. (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.5.16. (2) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.5.17. (3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.5.18. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de



reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.19. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.20. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.21. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.22. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5.23. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5.24. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.5.25. a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.5.26. b) as peculiaridades do caso concreto;

7.5.27. c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.5.28. d) os danos que dela provierem para o Contratante;

7.5.29. e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.5.30. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.5.31. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.32. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.33. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.5.34. A notificações objeto do presente caput, será efetuada e encaminhada por e-mail, no endereço eletrônico constante no contrato.

7.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.6.1. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento do objeto, na forma do contrato, desde que cumpridas as exigências do termo de referência e do contrato;

7.6.2. Impedir que terceiros executem o fornecimento do objeto desta licitação;

7.6.3. Promover, através do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Administração;



7.6.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, bem como sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato;

7.6.5. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.6.6. Aplicar à contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

7.6.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.6.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.7.1. Cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos, neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo integralmente os riscos e despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

7.7.2. Atender às requisições da Contratante e executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência, observando rigorosamente os prazos fixados.

7.7.3. Providenciar todos os recursos, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos indispensáveis à execução do objeto, incluídos no preço todos os custos diretos e indiretos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias ao cumprimento contratual.

7.7.4. Responsabilizar-se pelos vícios, falhas ou danos decorrentes do produto ou serviço prestado, conforme Código de Defesa do Consumidor (arts. 12, 13, 18 e 26 da Lei nº 8.078/1990) e art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

7.7.5. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pela Contratante, podendo haver desconto dos valores correspondentes nos pagamentos ou na garantia contratual, se houver.

7.7.6. Designar, no ato da assinatura do contrato, representante (preposto) com poderes para conduzir a execução e manter interlocução com o fiscal do contrato.

7.7.7. Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às próprias expensas, quaisquer serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções, sempre que determinado pela Contratante.

7.7.8. Arcar com ônus decorrentes de equívocos no dimensionamento de quantitativos ou estimativas constantes de sua proposta, complementando-os quando necessário, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

7.7.9. Atender prontamente às determinações do fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

7.7.10. Quando não possível a verificação da regularidade no SICAF, apresentar até o dia 30 do mês subsequente à prestação dos serviços:

- a) prova de regularidade perante a Seguridade Social;
- b) certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões de regularidade fiscal municipal ou distrital;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.7.11. Cumprir a legislação trabalhista, especialmente:

- a) cotas de aprendizagem previstas no art. 429 da CLT;
- b) reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados, conforme legislação aplicável (Lei nº 14.133/2021, art. 116);



c) proibição de trabalho infantil, exceto aprendiz maior de 14 anos, e vedação ao trabalho noturno, insalubre ou perigoso a menores de 18 anos.

7.7.12. Comprovar, quando solicitado, o cumprimento das reservas legais de vagas previstas no item anterior, incluindo relação nominal dos empregados;

7.7.13. Zelar pela segurança dos empregados e terceiros, obedecendo às normas de Segurança e Medicina do Trabalho, normas do Ministério do Trabalho e, quando aplicável, das Agências Reguladoras, Ministério da Saúde, MAPA e ANVISA.

7.7.14. Fornecer uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e fiscalizar sua utilização pelos empregados nas dependências da Câmara Municipal.

7.7.15. Assegurar que seus empregados cumpram normas internas de segurança e disciplina da Câmara Municipal, sendo vedado o acesso de trabalhadores com trajes inadequados (shorts, chinelos, camiseta regata, sem camisa etc.).

7.7.16. Promover a organização técnica e administrativa necessária ao bom andamento dos serviços e manter preposto para orientações e correções determinadas pela Administração.

7.7.17. Executar todos os serviços necessários à entrega final do objeto em perfeitas condições de uso, ainda que não expressamente descritos no Edital ou no contrato.

7.7.18. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante toda a vigência do contrato.

7.7.19. Não realizar subcontratações ou transferências de responsabilidades.

7.7.20. Assumir integralmente os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução contratual.

7.7.21. Ser responsável pela retirada e destinação adequada dos entulhos e resíduos gerados, para local devidamente licenciado, deixando as áreas limpas e aptas para uso da Contratante.

7.7.22. Comunicar por escrito qualquer anormalidade relevante relacionada à execução do objeto e prestar esclarecimentos sempre que solicitado.

7.7.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente da Contratante, fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

7.7.24. É vedada a contratação de servidores do quadro da Câmara Municipal de Guaíra ou ocupantes de cargos de confiança.

7.7.25. Emitir **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** ou **Termo de Responsabilidade Técnica – TRT**, conforme o conselho profissional competente (CREA ou outro que se aplique), devidamente registrado e vinculado à execução dos serviços contratados, devendo ser apresentado no ato do recebimento.

7.7.26. Não veicular publicidade relativa ao objeto contratual sem autorização expressa da Contratante. Paralisar, quando determinado pela Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as normas técnicas ou que apresente risco a pessoas ou bens.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento a ser definido em Edital ou Aviso de Contratação Direta, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

8.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das



condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2.4. Cadastro do TCE/PR de impedimento de licitar (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12. Habilitação Jurídica:

8.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas



Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.12.9. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do artigo 4º, inciso I do artigo 21, e §§ 2º a 6º do artigo 42 da Lei nº 5.764/1971.

8.12.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.13.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL e/ou MUNICIPAL, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.6. Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL e ESTADUAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.14. Habilitação Econômica e Financeira:

8.14.1. Certidão Negativa Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão).

8.15. Habilitação Técnica:

8.15.1. Declaração de Conhecimento das Condições Locais

8.15.1.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações, condições locais, características do local de instalação e demais elementos necessários ao pleno cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.15.1.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.15.1.3. Apresentação do **TERMO DE VISTORIA** (Anexo I – A), OU A **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA** (Anexo I – B) é um documento indispensável para fins de habilitação.



8.15.2. Atestado de Capacidade Técnica Operacional (Empresa)

8.15.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, **por meio da apresentação de certidões ou atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.15.2.2. Para fins de comprovação, será aceito atestado referente à execução de sistema de geração de energia solar fotovoltaica ON-GRID, com potência mínima de **15,25 kWp**, em **um único sistema**, correspondente a **50% da potência prevista nesta contratação**.

8.15.2.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

8.15.2.3.1. a) Identificação do Contratante e Contratado (razão social, CNPJ e Telefone de contato nome completo/cargo e assinatura);

8.15.2.3.2. b) Dados da entrega, como o número do contrato ou convênio (se houver), local de instalação;

8.15.2.3.3. c) Tipo de obra/serviço e descrição do objeto executado;

8.15.2.3.4. d) Nome do responsável técnico e ART/RRT de execução, quando aplicável;

8.15.2.3.5. e) Endereço da obra;

8.15.2.3.6. f) Prazo efetivo de execução;

8.15.2.3.7. g) Descrição, unidade e quantidade dos serviços prestados.

8.15.2.3.8. h) data de emissão do atestado.

8.15.2.4. Observação 1: As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, ou as correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial, dentre outros documentos.

8.15.2.5. Observação 2: Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.15.2.6. Observação 3: Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.15.3. Registro da Empresa

8.15.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou outro devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

8.15.3.2. A Licitante que for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem, se declarada vencedora, deverá obrigatoriamente, como condição para assinatura do contrato, providenciar o seu registro perante o Conselho competente do Estado do Paraná-PR.

8.16. Capacidade Técnica Profissional

8.16.1. Apresentação de **profissional(is) legalmente habilitado(s)**, devidamente registrado(s) no **CREA** ou outro conselho profissional competente, detentor(es) de **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, acompanhada(s) da respectiva **ART**, por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta contratação.

8.16.2. Para o **Engenheiro Eletricista** ou **outro profissional legalmente habilitado com atribuições compatíveis**, serviços de:

8.16.2.1. Elaboração de projetos técnicos de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica do tipo on-grid;

8.16.2.2. Instalação, comissionamento e ativação de sistema fotovoltaico interligado à rede da concessionária de energia elétrica, com potência mínima comprovada de 15,25 kWp, em sistema único;



8.16.2.3. Homologação de sistema de microgeração junto à concessionária de energia elétrica.

8.16.3. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução dos serviços objeto do contrato, assumindo a responsabilidade técnica pela obra.

8.16.4. Será admitida a substituição do(s) profissional(is) indicado(s), desde que por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, devidamente habilitado(s) e registrado(s) no conselho profissional competente, mediante prévia aprovação da Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.16.5. Disposições Gerais

8.16.5.1. Deverá ser apresentado, comprovante de vínculo entre o profissional elencado acima e a empresa licitante; essa comprovação deverá ser feita através de:

8.16.5.1.1. Relação empregatícia, por Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (das seguintes anotações: identificação do seu portador, e, da página relativa ao contrato de trabalho) ou livro de Registro de Empregado autenticado pela Delegacia Regional do Trabalho;

8.16.5.1.2. Contrato de prestação de serviço de Profissional autônomo, que esteja registrado no CREA e/ou CAU, com atribuição compatível ao objeto da licitação com aquele em que a sua responsabilidade será exigida, ou;

8.16.5.1.3. Sócios ou diretores estatutários da empresa licitante, por estatuto ou contrato social, que tenham registro no CREA e/ou outro devidamente reconhecido(s) pela entidade competente.

8.16.5.2. Observação: É vedada, sob pena de inabilitação dos Licitantes, a indicação de Responsável Técnico idêntico por mais de uma pessoa jurídica Licitante.

8.16.6. Outros documentos que deverão ser apresentados pelas licitantes, e que não são motivos de habilitação, podendo ser solicitados pelo pregoeiro, caso não sejam apresentados.

8.16.7. Termo de Indicação de Preposto (Anexo I - C,) do Termo de Referência.

8.16.8. Declaração de não vínculo com servidor público (Anexo I - D), do Termo de Referência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos:

9.1.1. Funcional programática: 01.001.01.031.0001.2001.

9.1.2. Elemento da Despesa: 4.4.90.52.0000 – Equipamentos e Material Permanente.

9.1.3. Desdobramento da Despesa: 4.4.90.52.3000 – Máquinas e Equipamento Energéticos.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



ANEXO I A - DO EDITAL –TERMO DE VISITA TÉCNICA (MODELO)

Ref.: XXX nº XX/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR.

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital nº xx/2026, que eu, _____, portador(a) da CI/RG nº _____ e do CPF nº _____, representante da empresa _____, estabelecida no(a) _____, como seu(sua) representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o representante da Câmara Municipal de Guaíra - Paraná e vistoriei o local onde será executado o objeto da licitação, tomando plena ciência de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação em questão.

Guaíra-PR, de de 2026.

Assinatura e carimbo (Representante da Câmara)

Assinatura e carimbo (Servidor do Município que acompanhou a vistoria)

Razão Social da empresa

CNPJ

Assinatura Representante Legal da Empresa



ANEXO I B - DO EDITAL - TERMO DE RENÚNCIA DE TÉCNICA DE VISITA (MODELO)

Ref.: XXX nº XX/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR.

(Nome).....responsável legal da empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, estabelecida em _____, declara que tomou conhecimento de todas as informações, características, complexidades físicas e tecnológicas e condições locais para elaboração de sua proposta e para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, restando como de sua responsabilidade a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de omissão na verificação dos locais de a execução do objeto EM QUESTÃO.

Guaíra-PR, de de 2026.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

(PREFERENCIALMENTE EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)



**ANEXO I C - DO EDITAL - TERMO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO TERMO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO
(MODELO)**

Ref.: xx nº xx/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR. Por meio deste instrumento, a (nome da empresa) nomeia e constitui seu (sua) preposto (a), o (a) Sr. (a) (nome do preposto), carteira de identidade nº....., expedida pelainscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº....., com endereço

....., a qual poderá ser contactado através dos seguintes meios: telefone (comercial), telefone/celular (WhatsApp), e-mail para receber ofícios, representar a CONTRATADA, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Local, __ de _____ de _____.
Nome do Representante Legal Função _____
Nome e Assinatura Preposto _____



ANEXO I D – DO EDITAL - DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO COM SERVIDOR PÚBLICO (MODELO)

Ref.: xx nº xx/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR.

A empresa _____, com sede _____ sob CNPJ nº ____/____/____, neste ato representada por _____, declara para os devidos efeitos e sob penas da lei, que não possui servidor integrante do quadro funcional do Município de Guaíra, seja como sócio, cotista ou dirigente, ou ainda, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do Município de Guaíra, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, por cujo teor assumo inteira responsabilidade.

Local e data _____
(carimbo, nome, CPF/RG nº e assinatura do responsável legal)

Observação: Ao redigir o presente Documento, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ



Fotos ilustrativas do Telhado da Câmara Municipal:



APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I
Estudo Técnico Preliminar Simplificado
PD Nº 42.883/2025

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

Data da Solicitação: 03 de dezembro de 2025

Solicitante: Adalton Raimundo da Cunha

Cargo: Diretor Administrativo

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra – PR.

2. INTRODUÇÃO

2.1. O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente. Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

2.2. O estudo preliminar é baseado no levantamento de informações básicas levantadas que asseguraram a viabilidade técnica da contratação de empresa para o fornecimento e instalação de sistema(s) de geração de energia solar fotovoltaica, conectado(s) à rede ON-GRID interligados à rede concessionária de energia elétrica, a ser instalado no edifício da Câmara Municipal de Guaíra-PR.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, I da Lei nº 14.133/21)

3.1. A Câmara Municipal de Guaíra-PR apresenta este Estudo Técnico Preliminar com o objetivo de demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de sistema de energia solar fotovoltaica do tipo on-grid, interligado à rede da COPEL, a ser instalado na estrutura metálica do telhado do edifício-sede.

3.2. A presente demanda originou-se na Diretoria Administrativa, por meio do Memorando Interno nº 2025001079.

3.3. Atualmente, toda a energia consumida pela Câmara é fornecida diretamente pela COPEL. A instalação do sistema fotovoltaico permitirá reduzir significativamente essa dependência, gerando economia contínua, créditos energéticos e maior autonomia na gestão do consumo.

3.4. O sistema proposto possui baixa necessidade de manutenção, elevada durabilidade (superior a 25 anos) e possibilidade de monitoramento remoto, garantindo operação eficiente e rápida identificação de eventuais falhas.

3.5. Sob o aspecto econômico, o investimento proporciona retorno de médio a longo prazo, especialmente considerando o constante aumento das tarifas de energia elétrica, além de possibilitar a geração de créditos energéticos para compensações futuras. Estima-se redução significativa das despesas mensais com energia, promovendo economia permanente ao orçamento da Câmara.

3.6. Ressalta-se que nenhum servidor do quadro funcional possui a especialização necessária para o fornecimento e instalação completo do sistema, tornando imprescindível a contratação de empresa especializada.



3.7. A contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, sendo classificada como Serviço Comum de Engenharia, conforme art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, devendo ser selecionada por meio de edital público.

3.8. Diante do exposto, justifica-se a contratação para a implantação do sistema de energia solar fotovoltaica, considerando a necessidade de produzir energia renovável por meio de placas solares e assegurar elevados padrões de qualidade técnica e responsabilidade socioambiental. A adoção do sistema revela-se tecnicamente viável e economicamente vantajosa, pois proporciona redução significativa de custos, geração de créditos energéticos e melhor aproveitamento dos recursos públicos. Além disso, reforça o compromisso institucional com práticas sustentáveis e a mitigação dos impactos ambientais, contribuindo para a economia dos cofres públicos e para a imagem positiva da Administração, em consonância com as diretrizes de eficiência e sustentabilidade.

Item	Produto descrição	Catser	Quant.
01	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo <i>on-grid</i> , interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, Sistema de Geração Fotovoltaica com potência mínima de 30,5 kWp , composto por módulos fotovoltaicos de no mínimo 610 Wp (com certificados Tier 1, eficiência mínima de 22%) e inversor trifásico de 30 kW, (Com Proteção AFCI - Arc Fault Circuit Interrupter - para prevenção de incêndios causados por arco elétrico). Faixa de tensão de entrada compatível com os módulos propostos. Múltiplos rastreadores MPPT de acordo com a instalação do sistema proposto. Inversor homologado pela COPEL. Estrutura de fixação compatível com a cobertura metálica do edifício-sede da Câmara Municipal de Guaíra – PR e de acordo com as exigências do fabricante (trilhos de 2,36 metros cada), incluindo mão de obra qualificada, materiais e equipamentos com certificação INMETRO, elaboração dos projetos técnicos, homologação junto à concessionária (COPEL) e atendimento às normas técnicas vigentes.	19747	01

3.9. Dados de Consumo:

- Consumo médio anual: 3.005 kWh/mês.
- Pico de consumo da Câmara em (Fev/2025): 4.582 kWh.

4. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos:

4.1.1. Sistema Fotovoltaico On-Grid Completo: O objeto consiste no fornecimento, instalação, interligação e ativação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica do tipo *on-grid*, conectado à rede elétrica da COPEL, com potência mínima total de 30,50 kWp, assegurando o pleno funcionamento e a homologação junto à concessionária.

4.1.2. Componentes e Especificações Técnicas:

4.1.2.1. Módulos fotovoltaicos: Potência unitária mínima de 610 Wp (ou superior, conforme dimensionamento da contratada, desde que mantida a potência total mínima de 30,50 kWp); Tecnologia com eficiência mínima de 22%; Certificação Tier 1 (Bloomberg NEF); Grau de proteção IP68 ou superior; Garantia mínima de 12 anos contra defeitos de fabricação e 25 anos de desempenho.

4.1.2.2. Inversor solar trifásico: Potência nominal de 30 kW; proteção AFCI (Arc Fault Circuit Interrupter) para prevenção de incêndios; faixa de tensão de entrada compatível com os módulos especificados; múltiplos



rastreadores MPPT; grau de proteção IP65 ou superior; certificação INMETRO, em conformidade com as normas vigentes; equipamento homologado pela COPEL; garantia mínima de 10 ano.

4.1.2.3. Estrutura de fixação: Compatível com o telhado metálico da edificação; atendimento às recomendações do fabricante quanto ao espaçamento mínimo para ventilação dos módulos; utilização de trilhos com comprimento mínimo de 2,36 m; materiais resistentes à corrosão, como alumínio anodizado ou aço galvanizado).

4.1.2.4. String box, cabos e conexões: Quadro de proteção em corrente contínua (CC) com dispositivos de proteção contra surtos (DPS), fusíveis e disjuntores seccionadores; cabos fotovoltaicos de 6 mm², resistentes a radiação UV e intempéries, conforme normas da ABNT; conectores MC4 originais e compatíveis com o sistema.

4.1.3. Requisitos Técnicos para Instalação do Sistema Fotovoltaico On-Grid

4.1.3.1. Elaboração de projeto elétrico em nível de executivo compatível com as exigências da COPEL e das normas da ABNT;

4.1.3.2. Sistema de Geração de Energia Fotovoltaica homologado à rede da concessionária de energia (sistema ON-GRID);

4.1.3.3. Fornecimento de materiais, insumos e mão de obra necessários à fixação, montagem e instalação do sistema, conforme normas técnicas e orientações do fabricante;

4.1.3.4. Quadros de comando e proteção conforme normas da distribuidora local;

4.1.3.5. Todos os componentes devem possuir certificação INMETRO ou equivalente;

4.1.3.6. Comissionamento completo do sistema (implantação, testes e entrega técnica);

4.1.3.7. Treinamento básico da equipe da Câmara Municipal para operação e monitoramento remoto, alertas de falhas;

4.1.3.8. Suporte técnico e acompanhamento do sistema pelo período mínimo de 12 (doze) meses após a entrega;

4.1.3.9. Homologação e conexão do sistema junto à COPEL, incluindo toda a tramitação técnica e documental;

4.1.3.10. Aterramento adequado conforme normas vigentes;

4.1.3.11. Módulo de comunicação para disponibilização de dados e registro em nuvem em conjunto com o sistema de monitoramento wi-fi;

4.1.3.12. A instalação deverá ser executada por profissionais habilitados, com emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Termos de Responsabilidade Técnica (TRT) referentes à elaboração dos projetos e execução da instalação, devidamente registrados junto ao CREA ou outro conselho devidamente reconhecido pela entidade competente;

4.1.3.13. Os proponentes deverão atender integralmente às normas técnicas nacionais pertinentes (como as normas da ABNT), bem como às legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis, incluindo licenças e autorizações ambientais, se exigíveis.

4.1.4. Entrega da Documentação técnica final, contendo:

4.1.4.1. Projeto elétrico em nível executivo;

4.1.4.2. Manual de operação e manutenção do sistema;

4.1.4.3. Certificados de garantia dos equipamentos;

4.1.4.4. Relatório de conformidade técnica e de desempenho;

4.1.4.5. Registro fotográfico da instalação.

4.1.5. Prazos Mínimos das Garantias dos Equipamentos:

4.1.5.1. Todos os equipamentos instalados devem ser novos, de primeiro uso e ser entregues na embalagem original do fabricante;

4.1.5.2. Inversor – Garantia mínima de 10 anos (fabricante).



- 4.1.5.3.** Módulos solares – Garantia mínima de 12 anos (fabricante).
- 4.1.5.4.** Eficiência mínima (87,4%) – Garantia mínima de 25 anos (fabricante).
- 4.1.5.5.** Mão de obra - Garantia mínima de 12 meses.
- 4.1.5.6.** Componentes - Garantia mínima de 12 meses.
- 4.1.5.7.** Seguro Total - 12 meses (apólice nacional).
- 4.1.5.8.** Suporte técnico – 12 meses gratuito.

4.1.6. Cronograma de Execução

- 4.1.6.1.** Após a assinatura do contrato e o recebimento da Ordem de Compra, a empresa contratada terá até 10 (dez) dias úteis para mobilização dos serviços. Este prazo poderá ser prorrogado desde que solicitado formalmente pela contratada, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil ao vencimento do prazo de início.
- 4.1.6.2.** No entanto, o início efetivo da instalação (execução física) só poderá ocorrer após a aprovação do projeto elétrico pela concessionária de energia elétrica (COPEL).
- 4.1.6.3.** O prazo final para entrega do sistema completo será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da autorização formal de início emitida pela Contratante.
- 4.1.6.4.** Caso haja atraso injustificado no início ou na execução dos serviços, o Fiscal de Contrato poderá adotar as medidas previstas no contrato, incluindo advertência, aplicação de penalidades, e outras ações administrativas pertinentes, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do atraso.

4.1.7. Local de instalação e Estrutura/Telhado

- 4.1.7.1.** Câmara Municipal de Guaíra, com endereço à Praça João XXIII, 200, Centro, Guaíra-Paraná, CEP 85980-123.
- 4.1.7.2.** Telhado Metálico existente.

4.1.8. Visita Técnica Prévia Facultativa ou Declaração de Renúncia

4.1.8.1. Da visita técnica (facultativa)

- 4.1.8.2.** Com o intuito de garantir o pleno conhecimento das condições locais para a execução do objeto, será facultada às licitantes a realização de visita técnica ao local de instalação do sistema fotovoltaico, mediante agendamento prévio junto à Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Guaíra, localizada na Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra-PR, CEP 85980-123. Telefone: (44) 92001-8307.
- 4.1.8.3.** A visita tem por finalidade permitir a verificação in loco de fatores que possam impactar na execução do serviço, como estrutura do telhado, acessos, pontos de conexão com a rede elétrica e demais aspectos técnicos.
- 4.1.8.4.** A empresa que realizar a visita deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante técnico, atestando que teve acesso ao local e está ciente das condições existentes, assumindo integral responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, conforme os termos do edital.

4.1.9. Declaração de Renúncia à Visita Técnica

- 4.1.9.1.** Com o objetivo de garantir o conhecimento das condições de execução do objeto contratado, será facultada às licitantes a realização de visita técnica ao local, mediante agendamento junto à Câmara Municipal de Guaíra.
- 4.1.9.2.** Caso a visita não seja realizada, a empresa poderá apresentar Declaração de Renúncia, assumindo, de forma expressa e irrevogável, total responsabilidade pela execução adequada do objeto, reconhecendo estar ciente de todas as condições do local, incluindo acessos, estrutura, rede elétrica e demais fatores relevantes. A renúncia não isenta a contratada do cumprimento integral das obrigações, nem poderá ser utilizada como justificativa para prorrogações, revisões de preço ou alegações de desconhecimento. Todos os riscos decorrentes da não realização da visita técnica serão de responsabilidade exclusiva da licitante.



4.2. Enquadramento do Objeto

4.2.1. O presente objeto se enquadra como serviço comum de engenharia, conforme previsto na alínea “a”, art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço padronizado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, mediante especificações usuais no mercado, não envolvendo solução técnica singular e não implica na alteração significativa do ambiente ou do imóvel, preservando assim as características originais do bem imóvel.

4.2.2. A execução do serviço compreende atividades rotineiras e padronizadas de instalação elétrica e montagem de sistemas fotovoltaicos, amplamente disponíveis no mercado, que não demandam elaboração de projeto inovador, mas apenas o atendimento às normas técnicas aplicáveis e demais regulamentos da concessionária local.

4.3. Condições de Participação

4.3.1. Poderão participar empresas que atuem no ramo compatível com o objeto contratado. Não estejam impedidas de contratar com a Administração Pública. Apresentem regularidade fiscal nas esferas municipal, estadual e federal, incluindo FGTS e Justiça do Trabalho. Comproven qualificação técnica por meio de atestados de capacidade técnica, registros e outros documentos exigidos no Termo de Referência.

4.4. Regime de Execução e Forma de Contratação

4.4.1. Regime de execução: Execução por Preço Global;

4.4.2. A forma de seleção e o critério de julgamento das propostas será o de Menor Preço (art.33 Lei nº 14.133/2021); e desde que atendidas todas as condições previstas no edital;

4.5. Da Subcontratação:

4.5.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste contrato;

4.5.2. Tal vedação visa impedir o repasse indevido das obrigações contratuais a terceiros não habilitados, preservando a confiabilidade técnica do serviço, o cumprimento das exigências legais e normativas e a observância das especificações técnicas definidas pela Câmara Municipal. Dessa forma, somente a empresa vencedora da licitação, devidamente qualificada e responsável perante a Administração, poderá executar o objeto contratado, não sendo admitida qualquer forma de subcontratação ou intermediação.

4.6. Vigência

4.6.1. Vigência contratual: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato. No caso de assinatura eletrônica, considera-se o início da vigência na data da última assinatura digital. Esse prazo contempla a execução, recebimento definitivo, emissão de nota fiscal, liquidação e pagamento.

4.7. Conformidade Legal e Sustentabilidade

4.7.1. O projeto deverá observar a legislação vigente aplicável, bem como atender aos princípios e padrões de sustentabilidade ambiental, promovendo o uso eficiente de recursos e a redução de impactos ao meio ambiente.

4.7.2. A geração de energia elétrica por fontes limpas e renováveis, como a solar, não gera gases poluentes e contribui diretamente para a preservação ambiental e para o cumprimento dos critérios de sustentabilidade, cada vez mais exigidos dos órgãos públicos.

4.8. Normas técnicas aplicáveis à instalação de sistema fotovoltaico sobre telhado e à homologação junto à COPEL/PR:

4.8.1. Além da NBR 5410, outras normas que também se aplicam aos sistemas fotovoltaicos são:

4.8.2. ABNT NBR 16690 – Estabelece os requisitos de projeto, instalação e segurança para sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica.

4.8.3. NBR IEC 61730 e 61215: Desempenho e segurança de módulos fotovoltaicos.

4.8.4. NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)



- 4.8.5.** ABNT NBR 5410 – Define as regras gerais para instalações elétricas de baixa tensão, incluindo dimensionamento de condutores, dispositivos de proteção e aterramento.
- 4.8.6.** ABNT NBR 16274 – Define os procedimentos de testes, comissionamento e documentação técnica para garantir o desempenho e a conformidade da instalação.
- 4.8.7.** ABNT NBR 16612 – Requisitos de qualidade e durabilidade para cabos utilizados em sistemas fotovoltaicos, incluindo resistência à radiação UV, calor e intempéries.
- 4.8.8.** NR 10 (MTE) – Obriga o cumprimento de normas de segurança em instalações e serviços com eletricidade, incluindo responsabilidades, treinamentos e equipamentos de proteção.
- 4.8.9.** NR 35 (MTE) – Estabelece os requisitos de segurança para trabalhos em altura, essencial para a instalação de módulos em coberturas.
- 4.8.10.** PRODIST – Módulo 3, Seção 3.7 (ANEEL) – Estabelece os critérios técnicos e administrativos para a conexão de sistemas de geração distribuída à rede elétrica da concessionária (ex: COPEL).
- 4.8.11.** Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021 – Consolidação das regras aplicáveis à micro e minigeração distribuída, substituindo resoluções anteriores como a RN 482/2012.

5. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021)

- 5.1.** A presente aquisição NÃO consta no Plano Anual de Contratações (PAC) da Câmara Municipal de Guaíra/PR para 2025, conforme Portaria nº 28/2025, de 13 de janeiro de 2025.
- 5.2.** A ausência de previsão deve-se ao fato de que a obra de reforma e ampliação do prédio da Câmara foi postergada, em razão da rescisão do Contrato nº 05/2025, que previa a aquisição de projetos, sendo necessário realizar novo planejamento, o que demandará mais tempo.
- 5.3.** Diante disso, optou-se pela instalação do sistema fotovoltaico de forma independente, considerando a economicidade para os cofres públicos e a sustentabilidade ambiental proporcionada pelo projeto, sendo desvantajoso aguardar a futura reforma para sua implantação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, V, da Lei 14.133/2021)

- 6.1.** Com base em pesquisas de mercado junto a fornecedores do setor de energia solar, orçamentos preliminares, consultas a portais especializados e referências de contratações similares por outras administrações públicas, constatou-se a ampla disponibilidade de empresas qualificadas para o fornecimento e instalação de sistemas fotovoltaicos conectados à rede (on-grid), demonstrando viabilidade técnica e competitividade do mercado.
- 6.2.** Foram analisadas as principais tecnologias de geração de energia solar disponíveis no mercado:
- **Sistemas on-grid:** conectados à rede elétrica da concessionária, permitem compensação de energia excedente via créditos, apresentam baixo custo de manutenção (sem baterias) e vida útil elevada (≥ 25 anos).
 - **Sistemas off-grid:** independentes da rede, com armazenamento em baterias, apresentam maior custo, maior complexidade operacional e vida útil limitada das baterias.
 - **Sistemas híbridos:** combinam conexão à rede e armazenamento em baterias, com custo elevado e maior complexidade, indicados para locais que exigem alta confiabilidade energética.
- 6.3.** Considerando a realidade da Câmara Municipal de Guaíra/PR, conectada à rede da COPEL, com telhado metálico apto a suportar a instalação e sem necessidade de armazenamento (sem utilização de baterias), o sistema on-grid foi identificado como a solução mais eficiente, econômica e operacionalmente simples.
- 6.4.** Com base nesse levantamento, a opção **on-grid** se justifica por:
- Permitir compensação de energia excedente, reduzindo custos com eletricidade;
 - Apresentar baixo custo de manutenção e operação simplificada;
 - Possuir vida útil elevada, superior a 25 anos;



- Atender às normas técnicas vigentes (ANEEL, ABNT, COPEL) e possibilitar homologação junto à concessionária;
- Contribuir para a sustentabilidade ambiental e o uso racional de recursos públicos;
- Ser a solução com melhor custo-benefício considerando potência necessária (~30,5 kWp), infraestrutura existente e disponibilidade de fornecedores confiáveis no mercado.

6.5. A opção escolhida cumpre os princípios de economicidade, eficiência, sustentabilidade e planejamento da Lei nº 14.133/2021, justificando a contratação de empresa especializada para execução do sistema fotovoltaico on-grid na Câmara Municipal de Guaíra/PR.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E PRELIMINAR DO VALOR DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021)

7.1. As quantidades preliminares foram definidas com base em levantamento técnico realizado por empresas especializadas, incluindo inspeção in loco à Câmara Municipal de Guaíra/PR e visitas dos servidores as empresas locais, considerando a área disponível para instalação dos painéis fotovoltaicos.

7.2. O sistema estimado é composto por módulos fotovoltaicos de no mínimo 610 Wp, com potência total de 30,5 kWp, inversor trifásico de 30 kW (220 V) e expectativa de geração média de 3.578 kWh/mês no verão, dimensionado com base no consumo de energia elétrica e nas condições técnicas observadas.

7.3. O valor preliminar da contratação é de R\$ 73.750,00, abrangendo fornecimento e instalação dos equipamentos, estrutura de fixação, cabeamento, proteções, mão de obra especializada, comissionamento e demais serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo <i>on-grid</i> , interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, Sistema de Geração Fotovoltaica com potência mínima de 30,5 kWp , composto por módulos fotovoltaicos de no mínimo 610 Wp (com certificados Tier 1, eficiência mínima de 22%) e inversor trifásico de 30 kW, (Com Proteção AFCL - Arc Fault Circuit Interrupter - para prevenção de incêndios causados por arco elétrico). Faixa de tensão de entrada compatível com os módulos propostos. Múltiplos rastreadores MPPT de acordo com a instalação do sistema proposto. Inversor homologado pela COPEL. Estrutura de fixação compatível com a cobertura metálica do edifício-sede da Câmara Municipal de Guaíra – PR e de acordo com as exigências do fabricante (trilhos de 2,36 metros cada), incluindo mão de obra qualificada, materiais e	01	Unidade	R\$ 73.750,00	R\$ 73.750,00



	equipamentos com certificação INMETRO, elaboração dos projetos técnicos, homologação junto à concessionária (COPEL) e atendimento às normas técnicas vigentes.				
Total					R\$ 73.750,00

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021)

8.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e comissionamento de um sistema de geração de energia solar fotovoltaica conectado à rede elétrica (on-grid) na edificação da Câmara Municipal de Guaíra/PR.

8.2. A contratação inclui a elaboração do projeto elétrico em nível executivo, bem como a obtenção de todas as aprovações e autorizações junto à concessionária COPEL. O fornecimento deve contemplar todos os equipamentos e materiais necessários, incluindo módulos fotovoltaicos, inversores, cabeamento, estrutura de fixação e demais componentes do sistema.

8.3. A instalação deverá aproveitar a estrutura existente, garantindo a correta execução de testes, comissionamento e ajustes finais. A empresa contratada também será responsável pela emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs/RRTs) e pela entrega do sistema em pleno funcionamento, devidamente integrado à rede pública de energia.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021)

9.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No caso da presente contratação, a implantação consiste em um **conjunto integrado de sistemas fotovoltaicos**, sendo inviável a divisão do objeto em contratos separados sem prejuízo técnico e econômico. O § 1º do mesmo artigo reforça que, ao aplicar o parcelamento, devem ser consideradas a responsabilidade técnica, os custos adicionais para a Administração e o dever de ampliar a competição e evitar concentração de mercado, aspectos que foram avaliados e confirmam a conveniência de contratação única para o fornecimento e instalação do sistema.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021).

10.1. Garantir a instalação de sistemas fotovoltaicos em conformidade com as normas técnicas vigentes, assegurando segurança, qualidade e durabilidade dos equipamentos, em consonância com o princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.2. Reduzir os impactos ambientais, promovendo a geração de energia limpa e renovável, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

10.3. Melhorar a imagem institucional do órgão público, demonstrando seu compromisso com práticas sustentáveis e com a adoção de tecnologias inovadoras.

10.4. Proporcionar economia significativa com despesas de energia elétrica a médio prazo, com retorno do investimento previsto por meio da redução dos custos operacionais.

10.5. Implementar um sistema modular e expansível, que possibilite ampliações futuras (ampliar o sistema com mais painéis) sem prejuízo ou descarte dos investimentos já realizados.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021)

11.1. Elaboração de Termo de Referência.

11.2. Autorização da autoridade competente.

11.3. Elaboração de Edital.



- 11.4. Processamento da licitação.
- 11.5. Contratação.
- 11.6. Realização do certame, com suas respectivas etapas.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

12.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta, ou seja, não depende de outras licitações ou aquisições complementares.

12.2. Dessa forma, a instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica poderá ser realizada integralmente por empresa contratada, sem depender de outros contratos complementares para sua funcionalidade e regularização.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021)

13.1. A implantação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Câmara Municipal de Guaíra/PR terá impactos ambientais amplamente positivos, ao promover o uso de fonte limpa, renovável e de baixo impacto, alinhando-se às diretrizes de mitigação das mudanças climáticas e redução das emissões de gases de efeito estufa.

13.2. Por se tratar de um sistema de pequeno porte, instalado em área urbana, a otimização do uso de recursos naturais e o estímulo a práticas sustentáveis na administração pública.

13.3. Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão atender a critérios de sustentabilidade, priorizando segurança, eficiência e durabilidade, a fim de minimizar resíduos, desperdícios e impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do sistema.

13.4. Os serviços e produtos empregados na implantação deverão obedecer às normas técnicas da ABNT e aos regulamentos do INMETRO, incluindo padrões de execução, especificações, ensaios, terminologias e simbologias aplicáveis.

13.5. Os resíduos gerados durante a instalação deverão ser corretamente recolhidos, classificados e destinados de acordo com a legislação ambiental vigente e as orientações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

13.6. Não haverá necessidade de corte ou supressão de vegetação, uma vez que a instalação será realizada em estrutura urbana já existente e livre de cobertura vegetal significativa, não sendo necessário licenciamento ambiental específico para esse fim.

14. VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18º, §1º, XIII da Lei nº 14.133/21)

14.1. Com base na análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é plenamente viável, considerando a ampla disponibilidade de fornecedores especializados, a existência de soluções consolidadas no mercado, a viabilidade técnica da implantação e a competitividade observada nas práticas de fornecimento. Não foram identificados impedimentos legais, técnicos ou operacionais que inviabilizem a continuidade do processo de contratação.



ANEXO II DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA - PR
PREGÃO ELETRÔNICO n° 01/2026

Empresa:
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Pessoa para contatos:
Telefone:
E-mail:

PROPOSTA DE PREÇOS

Vimos apresentar, através desta, em atendimento ao disposto no mencionado Edital, a nossa proposta para o objeto de contratação, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO ANEXO I	CONFORME	CATMAT	UNID	QUANT.	UNIT R\$	TOTAL R\$
01							

Declaramos que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Prazo de validade de: xx (mínimo 60) dias, contados da data de abertura da licitação.

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta, e ainda que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital N° 01/2026 e em seus Anexos.

Esta proposta foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(Cidade), em __ de ____ 2026.

Nome do Representante Legal

Função

(Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

(*Para o preenchimento correto da proposta, favor observar os ditames do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I).



**ANEXO III - DO EDITAL
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/xxxx
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 77.849.289/0001-42, com sede na Praça João XXIII, nº 200, Centro, Guaíra – PR, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Tereza Camilo dos Santos, portadora do RG nº 4.813.470-0 e do CPF nº 662.248.379-53, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e, de outro lado, a empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____ – UF, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). [Nome do(a) representante, portador(a) do CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA; considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e demais normas aplicáveis, bem como o Processo Administrativo nº xx/2026 e Processo Digital nº 42883/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 01/2026, têm entre si, justa e contratada a celebração do presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, comissionamento e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo ON-GRID, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, incluindo todos os materiais, equipamentos, serviços e mão de obra necessários, com os módulos fotovoltaicos fixados sobre a estrutura metálica existente na cobertura do prédio da Câmara Municipal de Guaíra, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos, especialmente em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I).

Item	Cód	Qtd	Unid	Produto/Descrição	Mod.Marca	Vlr ref unit. em R\$	Vlr Total
XXX	XXX	XXX	XXX	XXXXX		XXX	XXX
						TOTAL (R\$)	

1.2. A CONTRATADA declara estar apta a fornecer o objeto deste contrato, em estrita observância ao estabelecido no edital e na documentação integrante do Processo de Pregão Eletrônico nº 01/2026.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência, apêndice o Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos de documentos supracitados.

CLÁUSULA 2ª – MODELOS DE EXECUÇÃO E FESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. Cronograma de Execução

2.1.1. Após a assinatura do contrato e o recebimento da Ordem de Compra, a empresa contratada terá até **10 (dez) dias úteis** para mobilização dos serviços. Este prazo poderá ser prorrogado desde que solicitado formalmente pela contratada, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil ao vencimento do prazo de início.

2.1.2. No entanto, o início efetivo da instalação (execução física) só poderá ocorrer após a aprovação do



projeto elétrico pela concessionária de energia elétrica (COPEL).

2.1.3. O prazo final para entrega do sistema completo será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da autorização formal de início emitida pela Contratante.

2.1.4. Caso haja atraso injustificado no início ou na execução dos serviços, o Fiscal de Contrato poderá adotar as medidas previstas no contrato, incluindo advertência, aplicação de penalidades, e outras ações administrativas pertinentes, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do atraso

2.2. Local de instalação e Estrutura/Telhado:

2.2.1. Câmara Municipal de Guaíra, com endereço à Praça João XXIII, 200, Centro, Guaíra-Paraná, CEP 85980-123. Telhado Metálico existente (conforme fotos ilustrativas no memorial descritivo, que fará parte do TR)

2.3. PRAZOS MÍNIMOS DAS GARANTIAS DOS EQUIPAMENTOS

2.3.1. Todos os equipamentos instalados devem ser novos, de primeiro uso e ser entregues na embalagem original do fabricante:

2.3.1.1. Inversor – Garantia mínima de 10 anos (fabricante).

2.3.1.2. Módulos solares – Garantia mínima de 12 anos (fabricante).

2.3.1.3. Eficiência mínima (87,4%) – Garantia mínima de 25 anos (fabricante).

2.3.1.4. Mão de obra - Garantia mínima de 12 meses.

2.3.1.5. Componentes - Garantia mínima de 12 meses.

2.3.1.6. Seguro Total - 12 meses (apólice nacional).

2.3.1.7. Suporte técnico – 12 meses gratuito.

CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO (art. 92, V)

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 73.750,00 (setenta e três mil, setecentos e cinquenta reais)**, conforme especificado na tabela constante do item 1.1 da Cláusula Primeira deste contrato.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, sendo que os pagamentos devidos à CONTRATADA ocorrerão dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, nos termos definidos neste instrumento e na documentação que o acompanha.

CLÁUSULA 4ª – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

4.1. Do Pagamento

4.1.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a **entrega total do sistema em pleno funcionamento**, com o **recebimento definitivo** e o devido **atesto da fatura/nota fiscal** pelo responsável servidor designado.

4.1.2. A Nota Fiscal/Fatura, assim como os documentos de regularidade fiscais e comprobatórios da execução do serviço deverão ser encaminhadas ao e-mail recebimento@guaira.gov.br.

4.1.3. Observação: A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número da ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO correspondentes ao faturamento.

4.1.4. A ausência dessa informação poderá ensejar a não aceitação da Nota Fiscal, interrompendo o prazo legal de pagamento até que seja realizada a devida correção, sem qualquer ônus à Administração.

4.1.5. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, o faturamento do objeto entregue (nota fiscal) e demais documentos necessários à comprovação de regularidade da CONTRATADA (certidões negativas de regularidade fiscal).

4.1.6. A CONTRATADA deverá enviar notas fiscais/faturas e demais documentos de regularidade, em até 3



dias úteis após a comprovação de disponibilidade total do objeto, quando do início do contrato.

4.1.7. A CONTRATADA deverá protocolar, após a entrega e comprovação da disponibilidade do objeto para o período do contrato, requerimento de pagamento junto a Câmara Municipal de Guaíra, salvo se o CONTRATANTE indicar outro procedimento.

4.1.8. O pagamento será efetuado após aceitação do recebimento provisório e definitivo e, posterior ateste das faturas/notas fiscais emitidas pela CONTRATADA.

4.1.9. Havendo erro na apresentação das faturas/notas fiscais ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.1.10. O pagamento efetuado pelo CONTRATANTE não isenta a CONTRATADA de suas obrigações. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA 5ª – VIGÊNCIA E PRORROGADO DO CONTRATO

5.1. Vigência contratual: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato. No caso de assinatura eletrônica, considera-se o início da vigência na data da última assinatura digital. Esse prazo contempla a execução, recebimento definitivo, emissão de nota fiscal, liquidação e pagamento.

5.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência conforme previsão do item anterior, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.3. O CONTRATANTE poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, observando-se os §§ 1º e 2º do art. 106, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 6ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

6.1. As obrigações da **CONTRATANTE** estão detalhadamente descritas no Termo de Referência, o qual integra este contrato para todos os fins de direito.

CLÁUSULA 7ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1. As obrigações da CONTRATADA estão detalhadamente descritas no Termo de Referência, o qual integra este contrato para todos os fins de direito.

CLÁUSULA 8ª – DO REAJUSTE DE PREÇOS (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta final apresentada.

CLÁUSULA 9ª – SANÇÕES INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 9.1.1.** a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2.** b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3.** c) der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4.** d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.1.5.** e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.1.6.** f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.7.** g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.8.** h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

9.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

9.5.1. a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2. b) as peculiaridades do caso concreto);

9.5.3. c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.5.4. d) os danos que dela provierem para o Contratante;

9.5.5. e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar



confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.10. A notificações objeto do presente caput, será efetuada e encaminhada por e-mail, no endereço eletrônico constante no contrato.

CLÁUSULA 10ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 11ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2.2. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.2.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 12ª – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 13ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Guaíra:

13.1.1. Funcional programática: 01.001.01.031.0001.2001

13.1.2. Elemento da Despesa: 44.4.90.52.0000 – Equipamentos e Material Permanente

13.1.3. Desdobramento da Despesa: 44.4.90.52.3000 – Máquinas e Equipamento Energéticos



13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 14ª – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 15ª - PUBLICIDADE

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15.2. O Extrato deste contrato será publicado no Diário Eletrônico do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA 16ª – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Guaíra – PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Guaíra, xx de xx de 2026.

CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
Tereza Camilo dos Santos/Presidente do Legislativo
Gestão 2025/2026

CONTRATADA – [Nome da Empresa]
(Nome do(a) Representante Legal)
(Cargo do Representante)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/02/2026 15:20 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p8c9c6287b4da6>

